



PROTOCOLOS PARA ENSINO DA ESCRITA DE ALUNOS COM DISTÚRBIOS DE LINGUAGEM: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

PROTOCOLS FOR TEACHING WRITING TO STUDENTS WITH LANGUAGE DISORDERS: A SYSTEMATIC REVIEW

Célia Helena de Pelegrini Della Mía
<http://orcid.org/0000-0001-7644-3439>

Camila Noal Selle
<http://orcid.org/0000-0002-3700-1440>

Resumo: Existe uma parcela de crianças que já no início de suas interlocuções linguísticas apresentam alteração na aquisição e no desenvolvimento da linguagem. Em classes regulares de ensino, quem recebe a atribuição de desenvolvimento da linguagem com alunos com distúrbios de linguagem são os professores de língua portuguesa, que, no geral, nem sempre conseguem oferecer o ensino qualificado a esses estudantes. Nesse sentido, os protocolos pedagógicos de ensino e aperfeiçoamento da linguagem escrita podem ser uma ferramenta de apoio para esses profissionais. O objetivo desta pesquisa é revisar na literatura a existência de protocolos que possam auxiliar professores de língua portuguesa no ensino e aperfeiçoamento da escrita de estudantes com distúrbios de linguagem. Este trabalho é uma pesquisa de revisão sistemática, que se configura com a adoção da técnica da metassíntese na discussão dos resultados. Foram realizadas buscas nas bases de dados digitais Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), utilizando três descritores: linguagem, distúrbio e protocolo. 91 estudos foram encontrados. Constata-se que os protocolos existentes nos estudos analisados não auxiliam professores de língua portuguesa no ensino e aperfeiçoamento da escrita de estudantes com distúrbios de linguagem. Conclui-se que são necessários protocolos pedagógicos transversais, direcionados aos professores de língua portuguesa para subsidiar o ensino e o aperfeiçoamento da escrita de estudantes com distúrbios de linguagem.

Palavras-chave: Protocolo; Transtorno de linguagem; Escrita; Ensino.

Abstract: There is a portion of children who, right from the beginning of their linguistic interactions, exhibit alterations in the acquisition and development of language. In regular education classes, it is the Portuguese language teachers who are assigned the task of developing language skills with students with language disorders, who often struggle to provide qualified instruction to these students. In this sense, pedagogical protocols for teaching and improving written language can be a supportive tool for these professionals. The aim of this research is to review in the literature the existence of protocols that can assist Portuguese language teachers in the teaching and improvement of writing skills for students with language disorders. This study is a systematic review research, which is configured with the adoption of the technique of meta-synthesis in the discussion of the results. Searches were conducted in the digital databases Scientific Electronic Library Online (SciELO) and Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), using three descriptors: language, disorder, and protocol. 91 studies were found. It is noted that the protocols existing in the analyzed studies do not assist Portuguese language teachers in teaching and improving the writing skills of students with language disorders. It is concluded that transversal pedagogical protocols, directed towards Portuguese language teachers, are necessary to help them in teaching and improving the writing skills of students with language disorders.

Keywords: Protocol; Language disorder; Writing; Teaching.

INTRODUÇÃO

A comunicação abrange a troca de mensagens entre interlocutores. O ato de comunicar-se apresenta-se logo nos primeiros meses de vida de um bebê. Expressões faciais, gestos e balbucios são algumas das variadas formas de comunicação inicial produzidas por crianças nas interações geralmente com adultos, seus familiares, que fazem uso, na maioria das vezes, da linguagem oral, isto é, das palavras na fala.

Kerbrat-Orecchioni (2019) enfatiza que é unicamente por meio da linguagem que os seres humanos interagem, comunicando-se uns com os outros e se construindo mutuamente nas trocas comunicativas. Comunicar-se por meio da linguagem transforma o locutor em sujeito, que se insere no mundo, reconhecendo-se em oposição ao outro, com quem interage. Entende-se, dessa maneira, que o uso da linguagem é fundamental, pois pode proporcionar a socialização, a integração em uma cultura e o aprendizado de diferentes conhecimentos.

Na infância, ainda bebês e crianças já simbolizam por meio da linguagem, que é inerente à condição humana, constituindo o conhecimento e o desenvolvimento das habilidades comunicativas (escutar, falar, ler e escrever), sempre referidas ao outro, já que a linguagem é da natureza humana. Com relação à escrita, as crianças colocam a língua em uso por meio do reconhecimento de letras, da associação de fonemas e grafemas, da contação de histórias, das palavras registradas graficamente (em livros, revistas, jornais, em telefones celulares, em televisões etc.).

Entretanto, há também crianças que no início de suas interlocuções linguísticas apresentam alteração na aquisição e no desenvolvimento da linguagem. Há também crianças que, somente ao iniciarem sua vida escolar, são identificadas com algumas dificuldades com a linguagem. Nesse sentido, familiares da criança, como pais, irmãos e avós, além de professores, são os que

usualmente detectam essas alterações e encaminham para profissionais de saúde, como terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, psicólogos, dentre outros.

Em contexto escolar, crianças com dificuldades com a linguagem exigem uma atenção diferenciada dos professores, acompanhados sempre pelas orientações de educadores especiais, para que as oportunidades de desenvolvimento de conhecimentos sejam adaptadas, considerando as singularidades dos estudantes. A Resolução nº 04, de dois de outubro de 2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na educação básica, modalidade educação especial, reitera que a matrícula dos alunos com necessidades especiais (compreendendo também estudantes com distúrbios de linguagem) deve ocorrer nas classes comuns do ensino regular e no AEE (Brasil, 2009, art. 1). Essa normativa corrobora à inclusão escolar, garantindo o acesso dessas crianças e adolescentes ao ensino inclusivo, de qualidade e em equidade de condições com os demais.

Nesse cenário, o objetivo desta pesquisa é revisar na literatura a existência de protocolos que possam auxiliar professores de língua portuguesa no ensino e aperfeiçoamento da escrita de estudantes com distúrbios de linguagem. Para isso, apresentam-se, na sequência deste artigo, cinco seções que abordam, de forma articulada, os fundamentos teóricos, metodológicos e algumas reflexões analíticas relacionadas aos protocolos sobre distúrbios de linguagem utilizados em contexto escolar.

Para a consecução deste objetivo, este artigo organiza-se, a partir desta introdução, em cinco seções. Na intitulada “Distúrbios de linguagem em contexto escolar”, apresenta-se o referencial teórico que fundamenta a discussão, abordando os distúrbios de linguagem no ambiente educacional. A seção seguinte, “Procedimentos metodológicos”, descreve o percurso da pesquisa, detalhando o tipo

de estudo, os participantes, os instrumentos utilizados e o processo de análise dos dados. Em “Resultados”, são expostos os principais achados do estudo. A seção de “Discussão” dedica-se à interpretação desses resultados, relacionando-os à literatura da área e apontando suas contribuições e limitações. Por fim, em “Considerações finais”, são apresentadas as conclusões gerais do trabalho, destacando as implicações teóricas e práticas da pesquisa e sugerindo caminhos para futuras investigações.

DISTÚRBIOS DE LINGUAGEM EM CONTEXTO ESCOLAR

As alterações de linguagem em crianças e adolescentes podem acontecer devido a fatores neurológicos, cognitivos, a deficiências intelectuais, auditivas e a transtornos comportamentais, entre outros (Cruz, 1999). Nesse cenário, crianças e/ou adolescentes podem apresentar distúrbios de linguagem, configurando transtornos ou alterações na fala, na leitura, na escrita e na interpretação de textos (Prates e Martins, 2011), em algumas ou em todas as habilidades comunicativas.

Os distúrbios de linguagem configuram-se como algumas das condições infantis mais prevalentes (Prates & Martins, 2011). Caracterizam-se por limitações na capacidade de compreender e/ou processar o sistema simbólico da linguagem, podendo manifestar-se na forma, no conteúdo ou na função comunicativa (Godoy *et al.*, 2019). Alterações na escrita de palavras e dificuldades recorrentes na interpretação e produção de textos escritos são algumas das principais complicações apresentadas por crianças e adolescentes com distúrbios de linguagem (Prates e Martins, 2011). A gravidade desses distúrbios pode variar e sua origem pode ser desenvolvimental ou adquirida (Godoy *et al.*, 2019). A existência dos distúrbios de linguagem pode ocorrer de maneira isolada ou combinada com outros diagnósticos, como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Deficiência Intelectual (DI)

(Godoy *et al.*, 2019). Os distúrbios de linguagem incluem dislexia, disgrafia, disortografia e distúrbios de leitura e escrita (Prates e Martins, 2011).

No Brasil, estudos que apresentem estatísticas relacionadas à prevalência dos distúrbios de linguagem em crianças e adolescentes não foram encontrados (Godoy *et al.*, 2019). Entretanto, nos Estados Unidos, em 2012, aproximadamente uma em cada 12 crianças americanas, de três a 17 anos, apresentou alguma alteração de voz, fala, linguagem ou de deglutição (Black; Vahratian; Hoffman, 2015). Ao considerar uma pesquisa no município de Vila Velha, Espírito Santo (ES), encontra-se um levantamento da prevalência desses distúrbios em estudantes do ensino público fundamental. Os resultados mostraram que, do total de 1014 alunos que participaram da triagem fonoaudiológica, 30,4% apresentaram algum tipo de alteração na comunicação (Dadalto *et al.*, 2012). Dessas alterações, 8,8% das crianças apresentaram algum distúrbio de linguagem (Dadalto *et al.*, 2012).

Em contexto escolar, trabalhar com a linguagem escrita geralmente é uma incumbência dos professores de língua portuguesa. Em outras palavras, ensinar a interpretar textos, a ler de maneira fluente e reflexiva e a escrever e a se expressar de modo coerente fica sob responsabilidade, na maioria dos casos, dos professores desse componente curricular, pois são eles que tratam do desenvolvimento da linguagem em específico.

Nesse cenário, somado aos esforços dos professores de língua portuguesa, está o trabalho dos educadores especiais. Conforme a Resolução nº 04 de 2009, a função do AEE é “complementar [...] a formação do aluno por meio [...] de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem” (Brasil, 2009, art. 2). O profissional responsável por desenvolver essa função, no turno inverso da escolarização dos

alunos, é o professor com formação específica para a educação especial. O educador especial, assim como os outros docentes, se encarrega de proporcionar um desenvolvimento educacional integral aos estudantes. No entanto, o educador especial atua na assessoria em todas as áreas de conhecimento e em aspectos sociais e emocionais. O trabalho desenvolvido pelos professores de educação especial encaminha a vida desses alunos, dando suporte e promovendo condições para o aprendizado conforme as necessidades.

Como a legislação brasileira propõe que os estudantes frequentem tanto as classes comuns do ensino regular, quanto o AEE, é imprescindível que, além dos educadores especiais, os professores de língua portuguesa também sejam capazes de estabelecer o processo de ensino e aprendizagem da linguagem com alunos que apresentam distúrbios de linguagem. Dessa maneira, existe uma correlação entre o trabalho desses profissionais, que visa à inclusão e à formação integral desses estudantes.

Todavia, ao se considerar o cotidiano escolar na prática, os professores de língua portuguesa, no geral, nem sempre conseguem oferecer o ensino qualificado aos estudantes com distúrbios de linguagem, pois nem sempre o trabalho em equipe e as orientações na formação continuada são suficientes para dar conta do desenvolvimento da linguagem nas singularidades exigidas. Uma das alternativas para esses profissionais é recorrer ao professor de educação especial, que se soma à tarefa de oportunizar adaptações curriculares de acordo com os transtornos dos estudantes. No entanto, como é sabido, em classes regulares de ensino, quem recebe a atribuição de desenvolvimento da linguagem com esses alunos são os professores de língua portuguesa.

A temática sobre os distúrbios de linguagem em contexto escolar ainda é pouco explorada. Questões relacionadas ao ensino

da escrita nas aulas de língua portuguesa para alunos com distúrbios de linguagem, por exemplo, precisam ainda ser desenvolvidas e aprofundadas por estudiosos no assunto e por profissionais envolvidos com esses estudantes em ambiente clínico e educacional (Dadalto *et al.*, 2012). Dentre os fatores que podem colaborar para a melhora desse cenário, algumas pesquisas sugerem: 1) a importância de orientar professores de língua portuguesa sobre esse tema, contribuindo para a criação de estratégias que colaborem no ensino da escrita em contexto escolar e encaminhando estudantes com distúrbios de linguagem a profissionais da área para intervenções apropriadas em parceria com as escolas (Silva *et al.*, 2014; Prates e Martins, 2011); 2) a necessidade de ações que otimizem o desenvolvimento escolar de alunos com distúrbios de linguagem em relação à escrita (Dadalto *et al.*, 2012); e 3) a demanda de criação de uma legislação específica que possa nortear as peculiaridades de cada caso dos distúrbios de linguagem (Godoy *et al.*, 2019).

Nessa perspectiva, protocolos pedagógicos de ensino e aperfeiçoamento da linguagem escrita de estudantes com distúrbios de linguagem podem ser uma ferramenta de apoio para que docentes de língua portuguesa se mantenham atualizados e orientados na tarefa de desenvolvimento das habilidades comunicativas nesse contexto educacional que se estabelece. Nesse contexto, o emprego do termo **protocolo** é pouco difundido. Seu conceito em educação se relaciona ao sentido de documento orientador, parâmetros e/ou diretrizes sobre uma prática pedagógica do cotidiano educacional (DINIZ-PEREIRA, 2022; ALMEIDA *et al.*, 2021). Com base nisso, entende-se que protocolos pedagógicos não apresentam a rigidez formal característica de protocolos em saúde (DINIZ-PEREIRA, 2022; ALMEIDA *et al.*, 2021).

Com base em um viés aproximativo entre protocolos em saúde e protocolos em educação, destacam-se três:

I) **Protocolo de Lubian** (Lubian, 2007), criado pela professora Maria Emília Lubian, em sua pesquisa de mestrado em Letras, na Universidade de Passo Fundo (UPF), RS, considerando o pensamento teórico dos linguistas Michael Charolles e Ingedore Villaça Koch. Esse protocolo proporciona uma análise das produções escritas de estudantes a partir dos seguintes níveis de textualidade: intencionalidade, situacionalidade, aceitabilidade, coerência e coesão. O emprego desse protocolo na área fonoaudiológica ocorre como referência para análise de produções escritas de estudantes com distúrbios de linguagem antes e depois de intervenções terapêuticas. O Protocolo de Lubian (Lubian, 2007) foi utilizado nos estudos de Deuschle-Araújo e Souza (2010) e Schneider; Souza e Deuschle (2010), permitindo que o fonoaudiólogo analisasse os níveis de textualidade de produções textuais de crianças em idade escolar (educação infantil e ensino fundamental). Desse modo, os textos escritos pelos sujeitos dos estudos foram analisados a partir desse protocolo, antes e depois das intervenções terapêuticas.

II) **Protocolo de Avaliação da Linguagem (ADL)** (Menezes, 2003), criado pela fonoaudióloga Maria Lúcia Novaes Menezes, em sua tese de doutorado, no programa de pós-graduação em Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, permite a avaliação da aquisição e do desenvolvimento da linguagem em relação à semântica, à morfologia e à sintaxe. Esse protocolo avalia a linguagem compreensiva e a linguagem expressiva de crianças de um a seis anos e 11 meses de idade. O funcionamento desse protocolo consiste no preenchimento pelo fonoaudiólogo, psicólogo do desenvolvimento ou educador especial de inúmeras respostas dadas pelas crianças, que irão representar variadas pontuações conforme desempenho ao término da aplicação do protocolo. Os resultados da aplicação do Protocolo de Avaliação da Linguagem

(ADL) (Menezes, 2003), com base no cálculo dos escores, apontam para a escala com as seguintes opções: resultado da Avaliação da Linguagem (ADL) na faixa da normalidade ou distúrbio leve ou distúrbio moderado ou distúrbio grave. O Protocolo de Avaliação da Linguagem (ADL) (Menezes, 2003), utilizado no estudo de Alves *et al.* (2017), foi aplicado por fonoaudiólogas, respeitando todos os critérios já descritos sobre ele.

III) Protocolo de Avaliação das Habilidades Cognitivo-linguísticas (Capellini; Smythe; Silva, 2017) objetiva avaliar, individual e coletivamente, as habilidades de leitura, escrita, consciência fonológica, processamento auditivo e velocidade de processamento em crianças do primeiro e segundo ano do ensino fundamental, que estão em fase final de alfabetização. Esse protocolo instrumentaliza profissionais da área clínica e da área educacional, para que observem o desempenho das crianças nas diversas habilidades envolvidas na aquisição e no desenvolvimento da linguagem. O protocolo destaca que não apresenta como objetivo o estabelecimento de normas ou padrões, visto que as habilidades em questão são adquiridas e desenvolvidas em contexto escolar. Por isso, cada profissional que utiliza o Protocolo de Avaliação das Habilidades Cognitivo-linguísticas pode estabelecer os parâmetros necessários para a sua aplicação, considerando estudantes e interesses específicos (Capellini; Smythe; Silva, 2017). Esse protocolo foi utilizado no estudo de Silva e Capellini (2019), que avaliou, individual e coletivamente, as habilidades de leitura, escrita, consciência fonológica, processamento auditivo e velocidade de processamento em crianças entre cinco e seis anos de idade.

Nos três protocolos citados, há um viés aproximativo da ideia de inter-relação entre as áreas da saúde e da educação. O Protocolo de Lubian (Lubian, 2007) considera a análise de produções escritas de estudantes com distúrbios de linguagem a partir de teoria apresentada pelos autores Charolles e Koch, que são um referencial

teórico amplamente estudado nas licenciaturas em Letras Português; existindo uma proximidade no que se refere à linha teórica seguida na análise das produções escritas nesse protocolo, tanto pela fonoaudiologia, como pelo curso de Letras Português. O Protocolo de Avaliação da Linguagem (ADL) (Menezes, 2003), dos três protocolos destacados, é aquele que apresenta, de forma mais distante, o viés aproximativo entre as áreas de saúde e de educação, pois especifica que sua aplicação é realizada pelo profissional da fonoaudiologia; além disso suas características de apresentação e aplicação relacionam-se fortemente com as características específicas de protocolos em saúde, com uma maior rigidez formal, desde a sua utilização até a elaboração e a análise dos resultados. O Protocolo de Avaliação das Habilidades Cognitivo-linguísticas (Capellini; Smythe; Silva, 2017) apresenta maior abertura com relação a sua aplicação, podendo ser realizada por profissionais da área clínica, como os fonoaudiólogos, e por profissionais da área educacional. Por isso, compreende-se que, nesse protocolo, o viés aproximativo entre saúde e educação se constrói de maneira mais efetiva, sendo acessível para as duas áreas e passível de inter-relação. Destaca-se que esse protocolo se mostra mais flexível quanto aos parâmetros para sua aplicação, pois considera os estudantes e os interesses de cada situação específica, aspectos que são muito comuns em contexto escolar.

10

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho configura-se como uma pesquisa de revisão bibliográfica sistemática, de caráter quantitativo, com a adoção da técnica da metassíntese para a discussão dos resultados. Para o seu desenvolvimento, foram realizadas buscas nas bases de dados digitais Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Para as buscas dos estudos, foram utilizados três descritores: *linguagem*, *distúrbio* e *protocolo*; e AND como operador booleano para associar cada um dos descritores. As buscas não especificaram o tipo de material, podendo aparecer como resultados dissertações, livros, periódicos, artigos, base de dados e conjuntos de dados de pesquisa. O idioma também ficou em aberto, aceitando resultados em qualquer língua, como portuguesa ou estrangeira. Quanto ao filtro de data de publicação, esse também ficou em aberto para a pesquisa. As buscas nas bases de dados digitais foram realizadas em maio de 2024.

Critérios de elegibilidade

Os estudos encontrados por meio da pesquisa foram publicados em revistas de acesso aberto. Foram descartados estudos duplicados entre as bases de dados e na mesma base. Os critérios de elegibilidade para seleção dos estudos consideraram o pertencimento às áreas da linguística e/ou da fonoaudiologia, observando a relevância temática de cada resultado encontrado nas buscas para o objetivo deste trabalho, permanecendo para leitura na íntegra e análise quatro pesquisas que apresentaram contribuições significativas relativas à temática apresentada nos resumos dos estudos.

Coleta e análise de dados

Para a coleta de dados, as bases de dados digitais foram selecionadas, considerando a probabilidade de elas apresentarem uma maior abrangência de resultados em relação ao tema pesquisado. Em seguida, os descritores foram inseridos primeiramente na base de dados SciELO, utilizando o operador booleano AND¹. Os filtros para essa pesquisa, tais como o idioma,

¹ Os operadores booleanos são palavras que funcionam como comandos de busca nas bases de dados (Picalho; Lucas; Amorim, 2022). Neste estudo, utilizou-se o operador AND a fim de combinar termos no momento de realizar a pesquisa de artigos científicos.

os periódicos, o ano de publicação, as áreas temáticas e os tipos de literatura, foram deixados em aberto.

Secundariamente os mesmos descritores (*linguagem*, *distúrbio* e *protocolo*) foram inseridos na base de dados Portal de Periódicos da Capes, utilizando também o operador booleano AND. Os filtros, semelhantes aos encontrados na base da SciELO, também foram deixados sem restrição. Os resultados das pesquisas foram salvos separadamente para posterior comparação entre eles. Houve ainda a tentativa de realizar a mesma pesquisa nas bases de dados, somando aos descritores já mencionados, o descritor *ensino*.

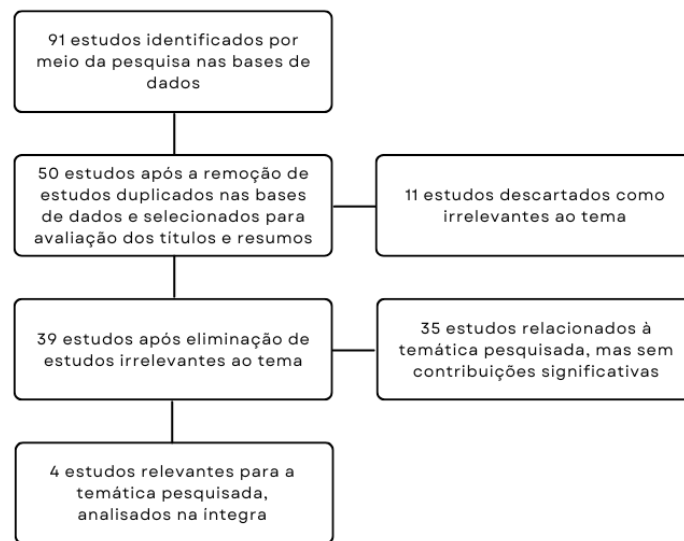
Após a remoção de estudos duplicados nas bases de dados, a análise foi realizada inicialmente por meio da avaliação do título e do resumo dos estudos. A partir disso, os estudos foram organizados de acordo com as principais temáticas apresentadas. Em seguida, foi realizada a leitura dos estudos que contemplavam as temáticas relevantes sobre protocolos e/ou práticas que pudessem auxiliar professores de língua portuguesa no ensino e no aperfeiçoamento da escrita de alunos com distúrbios de linguagem.

12

Caracterização dos estudos

Esta revisão bibliográfica sistemática abrangeu o processo de busca, seleção e análise de seus resultados da pesquisa, organizando-se da seguinte forma descrita no fluxograma (Figura 1) a seguir:

Figura 1: Fluxograma que detalha o processo de seleção e análise dos estudos encontrados para esta revisão



No fluxograma, pode-se observar que foram encontrados 91 estudos, sendo oito da base de dados SciELO e 83 da base de dados Portal de Periódicos da Capes. Os oito estudos resultantes da pesquisa na SciELO estavam presentes também nos resultados da pesquisa realizada no Portal de Periódicos da Capes.

Após a remoção de estudos duplicados, mantiveram-se 50 estudos para a leitura e análise de seus títulos e resumos. Dessa maneira, 11 estudos² foram descartados, pois não apresentavam relação e/ou relevância ao tema pesquisado. Permaneceram 39 estudos. Desse total, 35 se relacionavam à temática pesquisada, mas não traziam contribuições significativas a esta pesquisa.

Dentre esses 35 estudos, as questões mais recorrentes de investigação abrangiam, de maneira geral, os distúrbios de linguagem associados ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) em crianças e/ou adolescentes (12 estudos); à fala de crianças em idade escolar ou não (11 estudos); a doenças específicas, como câncer e

² Os 11 estudos sem relevância ao tema pesquisado discorriam sobre tradução de pesquisa, desvio fonológico e surdez relacionados a fatores familiares, depressão pós-parto, tireoide, síndrome de Angelman, diagnóstico psiquiátrico em crianças, recém-nascidos e alterações auditivas, crianças bilíngues, crianças surdas, síndrome Perisylviana. Todos sem relação com o ambiente escolar, por isso foram descartados.

doenças cerebrovasculares (sete estudos); a diferentes áreas de pesquisa, que não fossem a linguística e a fonoaudiologia, como a psicologia e a neurologia (quatro estudos); e à população idosa (um estudo). Por mais que esses estudos apresentem alguma relação com a pesquisa realizada, não são suficientemente relevantes para agregar à temática de protocolos e/ou práticas sobre o ensino e o aperfeiçoamento da linguagem escrita de estudantes com distúrbios de linguagem, que possam complementar a formação de professores de língua portuguesa.

Assim, foi realizada a leitura na íntegra de quatro estudos, selecionados pela importância das suas contribuições para esta pesquisa. As características de cada um deles (autores e ano, objetivo do estudo, base de dados e principais resultados) estão sistematizadas no Quadro 1 a seguir.

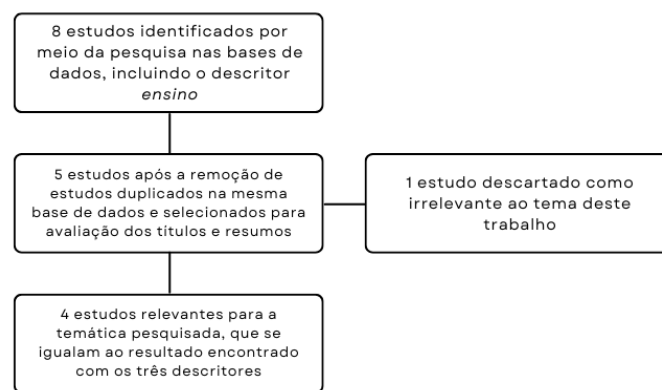
14

Quadro 1: Características dos estudos analisados

| AUTORES (ANO) | OBJETIVO | BASE DE DADOS | PRINCIPAIS RESULTADOS |
|---|--|-------------------------------|---|
| Deuschle-Araújo, Vanessa; Souza, Ana Paula Ramos (2010). | Comparar o desempenho na produção textual e a compreensão leitora de estudantes de quarta e quinta séries do ensino fundamental, com e sem queixa de dificuldades de linguagem escrita, relacionando-as às práticas de letramento experienciadas por esses estudantes. | Portal de Periódicos da Capes | Não há diferença estatística entre os grupos de estudo e controle, em ambas as séries, na habilidade de compreensão textual. Em relação à produção textual, na quarta série os itens que apresentaram diferença estatística foram: situacionalidade, aceitabilidade, repetição, progressão e intencionalidade. Já na quinta série, os itens alterados foram a aceitabilidade e a progressão. Todos os sujeitos apresentaram práticas de letramento insuficientes. |
| Alves, Julie Mary Mourão; Carvalho, Amanda de Jesus Alvarenga; Pereira, Stella Carolina Gonçalves; Escarce, Andrezza Gonzalez; Goulart, Lúcia Maria Horta Figueiredo; Lemos, Stela Maris Aguiar (2017). | Investigar a associação entre o desenvolvimento de linguagem, a qualidade do ambiente escolar, escolaridade parental, sexo e idade de crianças na faixa etária de quatro a seis anos, matriculadas em Unidades Municipais de Educação Infantil de Belo Horizonte. | Portal de Periódicos da Capes | 47,9% e 52,1% das crianças pertenciam ao sexo masculino e feminino, respectivamente, com predomínio da faixa etária de cinco anos (62,7%). 22,5% das crianças apresentaram algum distúrbio no desenvolvimento da linguagem. Predominaram responsáveis com ensino médio completo e superior incompleto (42,6%). A pontuação da média global da ECERS-R indicou qualidade de nível entre mínimo e bom; a maior média quanto à qualidade do ambiente escolar refere-se à sub escala Interação, que corresponde ao nível entre bom e excelente. Houve associação com significância estatística somente entre o desenvolvimento da linguagem e a sub escala interação e idade. |
| Schneider, Ane Caroline Brisch; Souza, Ana Paula Ramos; Deuschle-Araújo, Vanessa (2010). | Analisar os resultados terapêuticos a partir da introdução de gêneros textuais como funcionamento terapêutico em um grupo de escolares com queixa de distúrbios de aquisição da linguagem escrita. | Portal de Periódicos da Capes | O trabalho com gêneros textuais facilitou a motivação para ler e escrever e teve, como consequência, a melhoria da progressão e coesão textuais, além da adequação dos aspectos formais da escrita como ortografia e pontuação. O trabalho em grupo foi essencial para que os integrantes pudessem ressignificar os sentidos atribuídos à queixa a partir de constante diálogo com troca de experiências de situações escolares e familiares. |
| Silva, Cláudia; Capellini, Simone Aparecida (2019). | Identificar os indicadores cognitivo-linguísticos em escolares com transtorno fonológico de risco para a dislexia. | Portal de Periódicos da Capes | Os resultados apresentaram diferença estatisticamente significativa para os subtestes de todas as habilidades avaliadas, demonstrando que os escolares do grupo GI apresentaram médias de desempenho superior quando comparados com os escolares do grupo GII. |

Com relação à pesquisa nas bases de dados digitais SciELO e Portal de Periódicos da Capes incluindo o descritor *ensino* aos descritores *linguagem*, *distúrbio* e *protocolo*, os resultados estão organizados no fluxograma (Figura 2) a seguir:

Figura 2: Fluxograma que detalha o resultado dos estudos encontrados para esta revisão (pesquisa com a inclusão do descritor *ensino*)



Quanto às buscas nas bases de dados digitais com o acréscimo do descritor *ensino*, não houve resultados na SciELO. Na base de dados Portal de Periódicos da Capes, oito estudos foram encontrados. Dentre esses oito estudos, o primeiro e o terceiro eram o mesmo, e o quarto, o sétimo e o oitavo repetiam outro estudo. Após desconsiderar os estudos repetidos, restaram cinco diferentes entre si. Desse total, os quatro resultantes foram os mesmos selecionados com base nos critérios de elegibilidade nas buscas com os descritores *linguagem*, *distúrbio* e *protocolo*, permanecendo de fora apenas um sobre ensino escolar para crianças bilíngues, que também foi encontrado nas pesquisas com os três descritores listados anteriormente e classificado com temática sem relevância à pesquisa. Esse resultado confirma a importância desses quatro estudos já eleitos na primeira pesquisa (com os descritores *linguagem*, *distúrbio* e *protocolo*) e que novamente aparecem na segunda pesquisa (somando-se o descritor *ensino*). Diante desses

dados, conclui-se que são necessárias a leitura e análise desses estudos, destacando suas contribuições para a temática pesquisada.

RESULTADOS

O estudo de Deuschle-Araújo e Souza (2010), intitulado “Análise comparativa do desempenho textual de estudantes de quarta e quinta séries do ensino fundamental com e sem queixa de dificuldades na linguagem escrita”, atribui à linguagem escrita uma função social. Nesse contexto, afirma que crianças que não apreendem a linguagem escrita podem sofrer exclusão. Até o ano de 2010, período no qual o estudo foi publicado, havia ainda grande ausência de trabalhos com gêneros textuais na escola e na clínica, conforme pontuam as autoras. As abordagens de ensino (escola) e de tratamento (clínica) focalizavam, na grande maioria dos casos, a palavra ou enunciados soltos. No entanto, já existia, na época, um movimento que apontava para a perspectiva de que o texto precisava ser a unidade de trabalho em ambientes escolares e clínicos. Devia-se, portanto, considerar o objetivo de um texto, sobre o que trata, para quem é direcionado (público-alvo) e quais são seus recursos linguísticos. Dessa maneira, ao adotar essa tendência em seu estudo, Deuschle-Araújo e Souza (2010) consideraram que o texto estava sendo compreendido a partir da Linguística do Texto e sob o ponto de vista do sócio-interacionismo. As autoras destacam a importância de se trabalhar o desenvolvimento da linguagem escrita com crianças por meio dos gêneros textuais.

Esse estudo envolveu 42 sujeitos, alunos de quarta e quinta séries do ensino fundamental, que tinham em torno de nove a 11 anos de idade. Desse total, 21 discentes apresentavam Dificuldade/Distúrbio de Leitura e Escrita (DLE), enquanto os outros 21 estudantes representavam o grupo controle, pois não havia queixa de DLE para eles e eram considerados “bons alunos”. O

trabalho desenvolvido pelas fonoaudiólogas envolveu produções textuais de autobiografias e de textos sobre violência, a fim de compará-las entre os grupos para relacioná-las a práticas de letramento experienciadas pelos estudantes sujeitos desse estudo. Para a avaliação e comparação das produções textuais dos alunos, foi utilizado o Protocolo de Lubian (Lubian, 2007).

Os resultados mostraram que existiu diferença estatística em relação às produções textuais dos alunos do grupo de estudo e do grupo controle. Entretanto, conforme as autoras, todos os sujeitos dos dois grupos apresentaram práticas de letramento insuficientes, e não apenas os estudantes com DLE como era esperado. O estudo concluiu, portanto, que o mais provável é que a escola em que os discentes estavam matriculados não estava proporcionando o acesso à cultura letrada de modo adequado para o desenvolvimento da linguagem escrita desses alunos. Concorde-se com Deuschle-Araújo e Souza (2010), que consideram a existência de limitações pedagógicas nas instituições de ensino básico e que mais pesquisas com foco no texto como unidade de comunicação precisam ser realizadas dentro da fonoaudiologia.

O estudo de Alves *et al.* (2017), intitulado “Associação entre desenvolvimento de linguagem e ambiente escolar em crianças da educação infantil”, investigou se a aquisição e o desenvolvimento das habilidades linguísticas em crianças são influenciados por fatores ambientais na escola. Os autores destacam, com base em pesquisas anteriores, que crianças sem acesso a projetos didático-pedagógicos de qualidade podem ter menos competências linguísticas do que aquelas crianças com acesso a projetos didático-pedagógicos adequados.

Esse estudo envolveu 169 crianças, com quatro a seis anos de idade, matriculadas em escolas municipais de educação infantil. Para a seleção desses sujeitos, foram considerados os seguintes critérios: ausência de doenças associadas, ausência de alterações

cognitivas ou neurológicas, ausência de distúrbios de comportamento e/ou crianças em terapia fonoaudiológica. Dentre os instrumentos utilizados, havia o Protocolo de Avaliação da Linguagem (ADL) (Menezes, 2003), desenvolvido por uma fonoaudióloga, no ano de 2003, em sua tese de doutorado, destinado a avaliar a linguagem em crianças de um a seis anos de idade.

Os resultados mostraram que 77,5% das crianças apresentaram desenvolvimento da linguagem normal. De acordo com os autores, foi possível observar que o ambiente escolar pode influenciar no desenvolvimento da linguagem. Para uma influência positiva na linguagem das crianças, Alves *et al.* (2017) pontuam que a qualidade das interações sociais entre professor e aluno deve ser boa e que a quantidade de crianças por docente não deve exceder o número estabelecido em lei. Dessa maneira, é provável que os vínculos criados no ambiente escolar possam favorecer o trabalho do professor, possibilitando que ele atente às características individuais de cada aluno.

Ainda com relação aos resultados do estudo de Alves *et al.* (2017), os autores sinalizam que geralmente o desenvolvimento da linguagem normaliza à medida que as crianças vão se tornando mais velhas, diminuindo, assim, a quantidade de crianças com alterações linguísticas. Todavia, existe uma parcela de crianças que não desenvolve a linguagem conforme o esperado para a sua idade, permanecendo com alterações linguísticas mesmo depois de mais velhas.

Nesse estudo, concluiu-se também que fatores escolares, como limitada qualidade de atividades pedagógicas, pouca utilização de materiais pedagógicos e educativos e necessidade de ampliação de estratégias comunicativas e do uso da linguagem e raciocínio, podem restringir o desenvolvimento da linguagem dos alunos. Alves *et al.* (2017), por fim, ressaltam a importância da

realização de mais estudos na área, para que políticas de promoção de saúde em ambiente escolar sejam viabilizadas.

O estudo de Schneider, Souza e Deuschle (2010), intitulado “Intervenção fonoaudiológica com gêneros textuais em um grupo de escolares”, dialoga com o primeiro estudo exposto nesta seção, pois apresenta a mesma autoria, com acréscimo de outra pesquisadora, e tema de pesquisa semelhante. Esse estudo também considerou o texto como unidade de trabalho e análise, com crianças em idade escolar, tendo como fundamentação teórica a perspectiva sócio-interacionista.

No ano de 2010, período em que o estudo foi realizado, as autoras afirmavam que as práticas textuais, tanto na escola, quanto na clínica fonoaudiológica, eram, em geral, descontextualizadas. Em relação ao contexto escolar, os professores costumavam focar os aspectos ortográficos nas correções de texto. Na prática clínica da fonoaudiologia, os fonoaudiólogos estavam habituados a se deter na palavra e não no texto e sua construção.

O estudo de Schneider, Souza e Deuschle (2010) envolveu cinco sujeitos, alunos de quinta ou sexta séries do ensino fundamental, de 10 a 13 anos de idade, sem alteração no desenvolvimento da linguagem, mas com histórico de fracasso escolar ou repetência. Foram realizados procedimentos terapêuticos com essas crianças, baseando-se no trabalho com gêneros textuais. Nesse sentido, resumidamente, o passo a passo organizou-se da seguinte forma: pesquisa sobre o gênero e temática de interesse das crianças, leitura dos textos selecionados, discussão da estrutura composicional do gênero, produção de um texto do gênero estudado com oportunidade de revisão a partir da realização de várias versões e divulgação da produção textual. Os textos dos alunos foram analisados com base no Protocolo de Lubian (Lubian, 2007).

A partir desses procedimentos terapêuticos, as autoras observaram que as crianças tiveram melhoras importantes na produção textual, que o interesse e o desejo de ler e escrever aumentaram e que a resistência para realizar tarefas envolvendo escrita diminuiu. Portanto, o estudo concluiu que é relevante a aproximação da criança com situações discursivas cotidianas, nas quais estejam presentes práticas de letramento significativas.

Conforme Schneider, Souza e Deuschle (2010), os bons resultados obtidos por meio dos procedimentos terapêuticos com as crianças desse estudo indicaram que, na maioria das vezes, os alunos apresentam problemas de leitura e escrita, porque as práticas de letramento da escola podem ser limitantes ou insuficientes, e não por causa de distúrbios que colaboram para uma dificuldade ou impossibilidade de aprenderem.

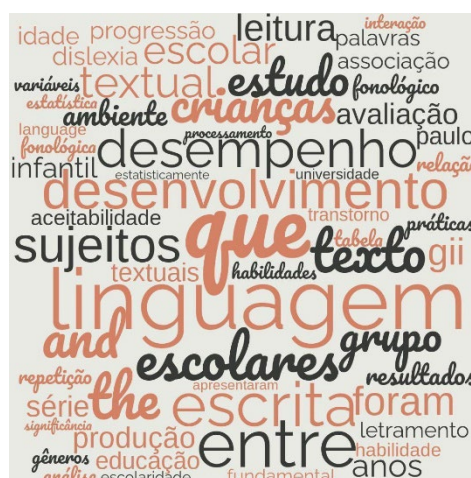
O estudo de Silva e Capellini (2019), intitulado “Indicadores cognitivo-linguístico em escolares com transtorno fonológico de risco para a dislexia”, envolveu 40 crianças do primeiro ano do ensino fundamental, com idade entre cinco e seis anos. Elas foram divididas em dois grupos, sendo um formado por 20 crianças com transtorno fonológico, e outro grupo composto por 20 crianças sem transtorno fonológico. O desenvolvimento desse estudo utilizou o Protocolo de Avaliação das Habilidades Cognitivo-linguísticas (Capellini; Smythe; Silva, 2017), a fim de identificar os indicadores cognitivo-linguísticos em crianças com transtorno fonológico de risco para a dislexia.

Esse estudo ressalta a intervenção precoce em crianças que apresentam dificuldades com leitura e escrita. Para isso, as autoras reforçam a importância de um acompanhamento atento dos alunos, seja pelos professores, seja pelos familiares, que devem providenciar intervenções com profissionais adequados (equipe multidisciplinar). Essas intervenções devem ocorrer em grupos e individualizadas, em âmbito clínico e educacional. Após essa etapa,

segue a constatação ou a refutação do transtorno fonológico, que, nesse estudo, teve como foco a dislexia.

Por fim, a Figura 3 apresenta uma nuvem de palavras que destaca os vocábulos mais empregados nos quatro estudos selecionados para leitura e análise nesta revisão bibliográfica sistemática.

Figura 3: Nuvem de palavras construída a partir dos quatro estudos selecionados para esta revisão



Em síntese, a nuvem de palavras da Figura 3 mostra que o vocábulo mais recorrente nos quatro estudos foi *linguagem*. Em seguida, os termos *crianças*, *sujeitos*, *escolares* aparecem frequentemente, além de *escrita*, *texto*, *desenvolvimento* e *desempenho*. A repetição desses vocábulos reforça a preocupação dos estudos em relação ao desenvolvimento da linguagem escrita de crianças em idade escolar. No entanto, a baixa frequência de palavras, como *ensino* e *protocolo*, revela a necessidade de desenvolvimento de mais estudos acerca do tema, que estabeleçam o diálogo entre saúde e educação, isto é, clínica e escola, para a qualificação de todos os profissionais envolvidos no atendimento de pacientes/alunos.

DISCUSSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo revisar na literatura a existência de protocolos que possam auxiliar professores de língua portuguesa no ensino e aperfeiçoamento da escrita de estudantes com distúrbios de linguagem. Nesse sentido, o Protocolo de Lubian (Lubian, 2007), o Protocolo de Avaliação da Linguagem (ADL) (Menezes, 2003) e o Protocolo de Avaliação das Habilidades Cognitivo-linguísticas (Capellini; Smythe; Silva, 2017) foram os aplicados para avaliar. Vale ressaltar que o Protocolo de Lubian (Lubian, 2007) foi empregado em dois dos estudos.

A análise dos quatro estudos realizados evidenciou que os protocolos utilizados são voltados para a área da saúde, na medida em que não houve o envolvimento de profissionais da educação no processo de elaboração e/ou aplicação, bem como não houve orientação a posteriori sobre ações viáveis ao planejamento docente sobre a escrita de crianças com distúrbios de linguagem. Os três protocolos apresentam como função principal a expressão de uma avaliação do que está sob o foco de análise (oralidade, escrita, interpretação de texto, dentre outros), sem encaminhamentos de como os profissionais envolvidos devem proceder a partir dos resultados evidenciados via protocolo.

Os três protocolos utilizados nos estudos analisados tiveram como público-alvo crianças na faixa etária dos quatro aos 13 anos. De acordo com esta revisão bibliográfica sistemática, crianças mais velhas e/ou adolescentes são sujeitos de pesquisa que dificilmente aparecem em estudos, portanto são pouco contemplados em protocolos. A grande maioria dos sujeitos são crianças que estão na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Alunos dos anos finais do ensino fundamental raramente aparecem como sujeitos de pesquisa, e estudantes do ensino médio não foram

encontrados como participantes em nenhum estudo analisado nesta revisão sistemática. Logo, seria relevante que novos estudos também incluíssem crianças mais velhas e/ou adolescentes, ou seja, estudantes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio.

Para conseguir detectar alterações linguísticas, os estudos analisados tiveram como objetivo avaliar a linguagem das crianças por meio de protocolos, que foram aplicados por fonoaudiólogos ou outros profissionais da saúde. Destaca-se que, quanto mais cedo houver a identificação de distúrbios de linguagem em crianças, maiores as chances de isso ser superado (Alves *et al.*, 2017). Em perspectiva complementar, o estudo de Silva e Capellini (2019) defende uma intervenção precoce caso os alunos apresentem distúrbios de linguagem.

Entretanto, esse desfecho nem sempre é possível, pois a família do aluno pode não perceber alterações na linguagem da criança, pode não ter esclarecimentos suficientes sobre onde procurar ajuda nos serviços de saúde e/ou a escola pode pouco auxiliar em função da grande demanda inserida no contexto escolar, dentre outras motivações. Desse modo, qualificar o conhecimento dos professores de língua portuguesa das escolas sobre essa temática pode ser uma estratégia que auxilie no encaminhamento de ações que privilegiem o emprego da linguagem por alunos com distúrbios de linguagem, colaborando para intervenções efetivas tanto em ambiente clínico, como no ambiente educacional.

Os estudos de Deuschle-Araújo e Souza (2010), Alves *et al.* (2017) e Schneider; Souza e Deuschle (2010) confirmam ser a escola a responsável pelo letramento dos alunos. Salientam que nem sempre as crianças, participantes das pesquisas analisadas nesta revisão sistemática, apresentavam distúrbios de linguagem, mas sim dificuldades resultantes de práticas de letramento insuficientes ou limitantes, conferindo à escola a função de fornecer suportes

para o desenvolvimento da linguagem. Isso mostra que são necessárias orientações aos professores de língua portuguesa sobre como qualificar seus planejamentos de aulas e atividades conforme alunos que apresentam uma dificuldade passageira com a linguagem e alunos que demonstram distúrbios de linguagem. A partir daí, os docentes desse componente curricular poderão, em suas aulas, realizar estratégias efetivas para o ensino e o aperfeiçoamento da língua portuguesa, considerando o público-alvo que se apresenta para eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão sistemática constata que os protocolos existentes não auxiliam professores de língua portuguesa no ensino e aperfeiçoamento da escrita de estudantes com distúrbios de linguagem, até porque não é a função primordial dos protocolos aplicados. Os três protocolos encontrados nos estudos têm como objetivo avaliar a linguagem de crianças em idade escolar e detectar se há alguma alteração que configure distúrbio de linguagem. São protocolos criados, aplicados e com resultados interpretados por fonoaudiólogos ou outros profissionais da saúde.

O cenário de limitações pedagógicas na escola tanto em relação aos alunos que apresentam distúrbios de linguagem, quanto em relação às práticas de letramento insuficientes que resultam em **déficits** de linguagem (considerando as habilidades comunicativas, escutar, falar, ler e escrever), pode ser favorecido por meio de protocolos pedagógicos de ensino e aperfeiçoamento da escrita. A elaboração desses protocolos deve ser interdisciplinar, compreendendo a participação de profissionais de áreas, como por exemplo, professores de língua portuguesa, educadores especiais e fonoaudiólogos, para que os encaminhamentos, sob uma perspectiva de transversalidade, possam contribuir para a criação de estratégias que colaborem com o ensino e o aperfeiçoamento da

escrita em contexto escolar. Os protocolos pedagógicos podem ser uma ferramenta de apoio para que docentes de língua portuguesa se mantenham atualizados e orientados na tarefa de desenvolvimento das habilidades comunicativas no contexto educacional que se estabelece.

Com base nesses dados e na reflexão estabelecida, sustenta-se que são necessários protocolos pedagógicos transversais, direcionados aos professores de língua portuguesa, para orientá-los no processo de ensino e aperfeiçoamento da escrita de estudantes com distúrbios de linguagem. Com isso, é possível vislumbrar avanços a médio e curto prazo no ensino da escrita, em contexto escolar, de crianças e adolescentes que apresentam distúrbios de linguagem.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. A. *et al.* **Práticas pedagógicas na educação básica do Brasil: o que evidenciam as pesquisas em educação.** Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379503>. Acesso em: 17 out. 2025.
- ALVES, J. M. M. *et al.* Associação entre desenvolvimento de linguagem e ambiente escolar em crianças da educação infantil. **Distúrbios Da Comunicação**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 342-353, jun. 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/30714>. Acesso em: 03 jun. 2024.
- BLACK, L. I.; VAHRATIAN, A.; HOFFMAN, H. J. Communication disorders and use of intervention services among children aged 3–17 years: United States, 2012. **NCHS data brief**, Hyattsville, MD, n. 205, 2015. Disponível em: <https://www.cdc.gov/nchs/data/databriefs/db205.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2024.
- BRASIL. **Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 03 jun. 2024.

CAPELLINI, A. S; SMYTHE, I; SILVA, C. **Protocolo de avaliação de habilidades cognitivo-linguísticas**. Ribeirão Preto, São Paulo: Booktoy Editora, 2017.

CRUZ, V. **Dificuldades de Aprendizagem**: Fundamentos. Porto, Portugal: Porto Editora, 1999.

DADALTO, E. V. *et al.* Levantamento da prevalência de distúrbios da comunicação em escolares do ensino público fundamental da cidade de Vila Velha/ES. **Rev. CEFAC**. São Paulo, v. 6, n. 14, p. 1115-1121, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/RnR5TP8RzzxmzpzJWmP3gqy/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2024.

DEUSCHLE-ARAÚJO, V.; SOUZA, A. P. R de. Análise comparativa do desempenho textual de estudantes de quarta e quinta séries do ensino fundamental com e sem queixa de dificuldades na linguagem escrita. **Rev. CEFAC**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 617-625, ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/ntRGMfVkSwvgBpgmRwW5KYd/?lang=pt>. Acesso em: 03 jun. 2024.

DINIZ-PEREIRA, J. E. Síntese sistemática de pesquisas sobre práticas pedagógicas no Brasil: uma análise da produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação em Educação Conceito 7 Capes (2006-2015). **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, PR, v. 17, p. 1-29, 2022. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 17 out. 2025.

GODOY, V. B. *et al.* Legislação brasileira e a inclusão escolar de indivíduos com distúrbios da comunicação. **Rev. CEFAC**, São Paulo, v. 3, n. 21, p. 1-10, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/Gq678m3zzD6b5PJ3BjwTNDz/?lang=pt#>. Acesso em: 12 jun. 2024.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **A interação verbal**. São Paulo: Parábola, 2019.

LUBIAN, M. E. **Processo de produção textual em uma proposta transdisciplinar na 4ª série do ensino fundamental**. 2007. Dissertação - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2007.

MENEZES, M. L. N. **A Construção de um Instrumento para Avaliação do Desenvolvimento da Linguagem**: Idealização, estudo piloto para padronização e validação. 2003. Tese (Doutorado em Saúde da Criança e da Mulher) - Instituto Fernandes Figueira/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2003.

PICALHO, A. C.; LUCAS, E. R. O.; AMORIM, I. S. Lógica booleana aplicada na construção de expressões de busca. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, v. 11, p. 1-12, 2022.

Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/81838>.
Acesso em: 15 out. 2025.

PRATES, L. P. C. S.; MARTINS, V. O. Distúrbios da fala e da linguagem na infância. **Revista Médica de Minas Gerais**. Minas Gerais, n. 21, v. 4(1), p. 54-60, 2011. Disponível em: https://ftp.medicina.ufmg.br/ped/Arquivos/2013/disturbiofalaeimagem8periodo_21_08_2013.pdf. Acesso em: 2 out. 2022.

SCHNEIDER, A. C. B.; SOUZA, A. P. R. de; DEUSCHLE, V. P. Intervenção fonoaudiológica com gêneros textuais em um grupo de escolares. **Rev. CEFAC**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 337-345, mar.-abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/CCFxDPwdjq9vGZ9NzVsmhPN/?lang=pt>. Acesso em 03 jun. 2024.

SILVA, C; CAPELLINI, S. A. Indicadores cognitivo-linguístico em escolares com transtorno fonológico de risco para a dislexia. **Distúrbios Da Comunicação**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 428-436, set. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/dic/article/view/39795>. Acesso em: 03 jun. 2024.

SILVA, L. K. *et al.* Identificação dos distúrbios da linguagem na escola. **Rev. CEFAC**, São Paulo, v. 6, n. 16, p. 1972-1979, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/J7tvjsdDCQr6m9PvZMtFdqF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2024.

Enviado em: 15 de julho de 2025
Aprovado em: 12 de novembro de 2025